



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

RELATÓRIO

PARLAMENTO DOS JOVENS

Edição 2007/2008

1. Nota Prévia

O presente relatório foi elaborado considerando-se, nomeadamente:

- As informações recolhidas junto dos Deputados dos vários Grupos Parlamentares, envolvidos nas Sessões do Parlamento dos Jovens, edição de 2007/2008;
- O contributo informativo da Coordenação do Programa;
- A avaliação da edição de 2007/2008, pela Consultora Julieta Sampaio; e
- A súmula da Reunião de Coordenação para avaliação do Programa.

2. Introdução

Dando continuidade a uma iniciativa parlamentar que conta com alguns anos no seu currículo, a edição do *Programa Parlamento dos Jovens* referente à sessão de 2007/2008, organizou-se nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 42/2006, em conformidade com um novo figurino iniciado com a edição do ano anterior, em que se fundiram as iniciativas «*Jogo do Hemiciclo*», «*A Assembleia na Escola*» e «*A Escola e a Assembleia*» num único programa, com a presente designação.

A sua coordenação permanece, como originalmente, sob a alçada da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Assembleia da República, a que se juntam as participações do Instituto Português da Juventude e do Ministério da Educação através dos seus organismos descentralizados, Delegações, Direcções Regionais de Educação e no caso das Regiões Autónomas, as respectivas Secretarias Regionais com a tutela da Educação.

Os temas escolhidos para este ano foram:

(i) «Energias Alternativas e preservação do ambiente» para o Ensino Básico; e

(ii) «União Europeia: Participação, Desafios e Oportunidades» para o Ensino Secundário.

À semelhança da edição anterior, entendeu a Comissão de Educação e Ciência nomear um relator do Programa *Parlamento dos Jovens - 2008*, na sua reunião de 19 de Fevereiro de 2008.

3. Desenvolvimento do Programa

O Programa organiza-se em três fases distintas comuns às suas duas vertentes: Ensino Básico e Ensino Secundário, distribuídas por uma primeira fase, a Sessão Escolar, desenvolvida localmente nas escolas, uma segunda fase, a Sessão Distrital/Regional, por norma em capitais de distrito e a terceira fase, a Sessão Nacional, a ter lugar na Assembleia da República.

Na edição do presente ano, inscreveram-se inicialmente 229 escolas do Ensino Básico e 300 do Ensino Secundário, sendo que, como habitualmente, algumas não conseguiram terminar atempadamente a 1.ª fase - Eleições e Sessão Escolar, cujos resultados têm de ser comunicados à Assembleia da República – o que as impediu de continuar o processo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Qualquer das fases é acompanhada e participada pelos Deputados da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, a que se juntam Deputados de outras Comissões Parlamentares, eleitos pelos Círculos Eleitorais respectivos. 187 foi o número de Deputados que estiveram presentes em debates nas escolas, a convite destas, num total de 174 sessões realizadas na primeira fase, a Sessão Escolar.

O número total de alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário envolvidos no Programa, incluindo participantes nas listas eleitorais e votantes para as Sessões Escolares, referente a 2007/2008 foi de 90.813, representando um acréscimo de quase 50% em relação ao ano anterior, sendo que o Ensino Básico apresenta um crescimento significativo de participação, de 25.858 para 46.062.

3.1 Ensino Básico

Para o Programa deste ano inscreveram-se 203 escolas, tendo a Sessão Escolar envolvido 6.680 alunos participantes em listas, que após as eleições realizadas nos diversos estabelecimentos de ensino deste sector apuraram 890 alunos à segunda fase do Programa, a Sessão Distrital. Finda esta etapa do Programa, foram eleitos 124 alunos oriundos de 62 escolas que participaram na Sessão Nacional.

i) Sessão Escolar

Decorreu entre a 2.ª quinzena de Setembro de 2007 e 15 de Fevereiro de 2008 e contou com a habitual participação de Deputados, na sequência de convites recebidos pela Assembleia da República, enviados por escolas previamente inscritas no Programa. Os debates nas escolas contaram com o envolvimento dos parlamentares, que juntamente com os alunos reflectiram numa primeira fase sobre o tema escolhido



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

para este sector, «Energias alternativas e preservação do ambiente». Esta sessão escolar é também um momento de informação e esclarecimento sobre o funcionamento da rotina parlamentar, assunto objecto de curiosidade e interesse por parte da população estudantil.

ii) Sessão Distrital/Regional

Estas sessões tiveram lugar entre os dias 18 de Fevereiro e 14 de Abril e distribuíram-se no país, pelos 18 Distritos e pelas 2 Regiões Autónomas. Contaram com a participação de Deputados da Assembleia da República, e 890 alunos, jovens deputados, oriundos de 203 escolas, tendo-se dado continuidade ao debate sobre o tema escolhido para a Sessão do Programa deste ano, «Energias alternativas e preservação do ambiente», objecto de Propostas de Recomendação a introduzir na discussão final em sede de Assembleia da República, aquando da Sessão Nacional.

Procedeu-se também à eleição de 124 alunos provenientes de 62 escolas à fase final do Programa.

iii) Sessão Nacional

Esta fase do Programa teve lugar nos dias 19 e 20 de Maio na Assembleia da República e nela participaram os alunos eleitos nas diversas sessões distritais/regionais que a antecederam.

Seguindo o estatuído nos Regulamento e Regimento do Programa, os alunos reuniram-se em Comissão e em Plenário nos dois dias, sucessivamente, com a finalidade de proceder ao debate final e elaboração de um Projecto de Recomendação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

sobre a temática escolhida, «As Energias Renováveis», concluindo assim a reflexão realizada nas sessões anteriores, projecto esse a enviar à Assembleia da República (Vd. Anexo I).

Esta sessão contou ainda com a presença de alunos inscritos como jornalistas para a habitual Conferência de Imprensa com o Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, Deputado António José Seguro.

3.2 Ensino Secundário

Foram 6.310 os alunos que em 256 escolas do país, Regiões Autónomas incluídas, se inscreveram para o Programa deste ano, movimentando um total de 44.751 alunos incluindo os organizados em listas concorrentes e os votantes. Da Sessão Escolar transitaram 1.075 alunos e 256 escolas para a Sessão Distrital/Regional, tendo-se apurado após esta fase um total de 60 estabelecimentos de ensino totalizando 120 alunos que participaram na Sessão Nacional.

i) Sessão Escolar

Esta primeira sessão teve como objectivo proceder a um primeiro debate nas diversas escolas, sobre a temática escolhida, «*União Europeia, participação, desafios e oportunidades*». Decorreu, como já foi referido entre a 1.ª quinzena de Setembro de 2007 e 15 de Fevereiro de 2008 e contou com a presença de Deputados da Assembleia da República.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

ii) Sessão Distrital/Regional

Esta segunda fase do Programa realizou-se entre os dias 19 de Fevereiro e 15 de Abril, estendendo-se pelos 18 distritos e pelas 2 Regiões Autónomas do país. Nela participaram 256 escolas, num total de 1.075 alunos que procederam ao aprofundamento do debate realizado anteriormente na Sessão Escolar sobre a temática indicada, «*União Europeia, participação desafios e oportunidades*». Nesta sessão procedeu-se à elaboração e votação de propostas de Recomendação a serem posteriormente discutidas na Sessão Nacional. Procedeu-se também à eleição dos alunos participantes na Sessão Nacional, num total de 120 deputados oriundos de 60 escolas.

iii) Sessão Nacional

Esta fase do Programa decorreu na Assembleia da República nos dias 28 e 29 de Abril de 2008. Contou com a participação de 120 jovens Deputados provenientes de 60 escolas de todo o país e Regiões Autónomas e foi acompanhada em termos informativos por alunos jornalistas que participaram igualmente na Conferência de Imprensa com o Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputado António José Seguro. Em trabalhos de Comissão e Plenário foi possível um último debate e consequente elaboração de um texto de Recomendação, somatório dos debates e textos votados nas fases anteriores, sobre o tema deste ano, «*União Europeia, participação, desafios e oportunidades*», a ser enviado à Assembleia da República (Vd. Anexo II).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

4. Balanço do Programa

4.1 Deputados

Concluídas as diversas fases do Programa Parlamento dos Jovens para esta sessão de 2007 / 2008, é hora de fazer uma avaliação sobre esta iniciativa que colhe tanto entusiasmo junto das diversas entidades envolvidas.

Tendo sido solicitada a apreciação crítica dos parlamentares que acompanharam de perto esta iniciativa parlamentar, apresentam-se *infra* os contributos recebidos.

Importa referir, desde logo, que há uma nota comum à generalidade dos Deputados que acompanharam a iniciativa: o “entusiasmo”, “curiosidade” e “interesse dos alunos e das escolas”, factores determinantes do número crescente de estabelecimentos de ensino que ano após ano se inscrevem nesta actividade de reconhecido valor cívico.

Deputado Luiz Faqundes Duarte (PS)

Considera que se deve rever os processos de discussão e aprovação das medidas, na Sessão Nacional do Ensino Secundário, por, na sua opinião, o modelo actual, por via da junção das anteriores iniciativas, «Jogo do Hemiciclo» e «A Escola e a Assembleia», se afastar do processo em uso para o Ensino Básico.

Entende também ser pertinente rever o padrão em uso para a elaboração de questões a colocar aos Deputados na Sessão Nacional, devendo as mesmas referir-se aos temas escolhidos e não serem livres como actualmente. Esta recomendação é igualmente subscrita pela Deputada Odete João (PS).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Deputada Teresa Portugal (PS)

Regista um entusiasmo e curiosidade por parte dos jovens sobre a vida parlamentar e uma enorme vontade de participar. Considera notável o nível de preparação apresentado pelos alunos do Ensino Secundário.

Entende ser aconselhável, usando as novas tecnologias, preparar um suporte informático audiovisual sobre a vida parlamentar para melhor satisfazer a curiosidade dos jovens.

Deputado Miquel Ginestal (PS)

Recomenda a elaboração por parte da Comissão de Educação de um guião preparatório da temática escolhida, para facilitar o debate por parte dos Deputados, nas Sessões Escolares. Esta medida é também defendida pelo Deputado José Paulo Carvalho (CDS-PP).

Deputado João Bernardo (PS)

Alerta para a conveniência de se proceder a uma distribuição mais equitativa dos jovens deputados por distrito nas Comissões. Por exemplo: na 1.ª Comissão do Ensino Básico havia 10 deputados por Aveiro, 12 pelo Porto e só 2 por Bragança, o que em seu entender pode prejudicar a intervenção dos distritos menos representados, em termos de equidade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Deputado Fernando Cabral (PS)

Propõe que se reflecta sobre se nas Sessões Escolares devem participar nos debates, Deputados e outros agentes políticos da Região, ou se os representantes locais devem fazê-lo separadamente.

Deputado Ribeiro Cristóvão (PSD)

Entende que nas Sessões Distritais, o texto Recomendação escolhido como texto base, deve garantir à Escola que o elaborou a participação na Sessão Nacional. Esta medida é igualmente defendida pelos Deputados João Bernardo (PS) e Fernando Cabral (PS).

Deputado Miguel Tiaço (PCP)

Recomenda a rectificação do regimento de trabalho em comissão para que fique claro o procedimento do trabalho na especialidade. Na sua interpretação, a democracia consciente deve comandar a forma como os jovens trabalham os textos.

Entende fazer sentido a sequência regimental orientadora da discussão de propostas, eliminação, substituição, alteração de redacção e por fim, aditamento. Todavia considera não ser clara a redacção dada ao articulado. Na sua opinião, os jovens devem apresentar todas as propostas, discuti-las e só depois votá-las, pela ordem referida, de modo a ficarem com uma perspectiva global das propostas e poderem determinar como as vão votar.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

O Deputado entende também que deve ficar claro como é realizada a direcção das reuniões de comissão, referenciando-se uma tarefa específica a cada um dos Deputados.

Considera ainda haver uma tendência, que merece a oposição do PCP, de algumas entidades, nomeadamente o Senhor Presidente da Assembleia da República, o Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto, bem como o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares considerarem que os jovens participantes no Parlamento dos Jovens são representantes democráticos dos jovens alunos das escolas. Entende que os estudantes são escolhidos por métodos que simulam processos democráticos, não representando ninguém a não ser a si próprios, não podendo por isso considerar-se a sua selecção verdadeiros processos eleitorais ou democráticos e que a sua participação nesta iniciativa se resume a uma visita de estudo que visa dar-lhes a conhecer o funcionamento do sistema político e legislativo através da simulação.

Deputada Júlia Caré (Relatora)

Recomenda maior atenção no agendamento das Sessões, pois a Sessão Nacional do Ensino Secundário coincidiu no segundo dia com a realização de um exame intermédio de Matemática, cuja data é marcada pelo Ministério da Educação e que no caso vertente causou alguma perturbação aos alunos envolvidos.

Este ano, numa das Comissões da Sessão Nacional do Ensino Secundário, um dos distritos tinha preparado a apresentação da sua proposta de Recomendação em *power-point*. Esta é uma questão que não está contemplada no Regulamento. Deve ou não ser permitido o uso de novas tecnologias para este fim?

O controlo dos tempos nos períodos de esclarecimento e a discussão seria mais eficaz se pudéssemos contar com um painel electrónico, como nas Sessões Plenárias da Assembleia, pois assim cada interveniente poderia gerir o seu tempo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Deputado António José Seguro (Presidente da Comissão de Educação e Ciência)

Sugere a abolição da utilização da expressão “Vossa Excelência” no relacionamento entre os participantes e convidados na sessão final.

Propõe que todas as sessões nas escolas e nos distritos iniciem com a projecção de informação relativa aos poderes da Assembleia da República no sistema de governo, organização e funcionamento, em suporte multimédia.

Propõe ainda a preparação de exposição sobre a evolução do programa, a instalar no Palácio de São Bento, aberta ao público durante o período que decorre entre a realização das duas sessões nacionais.

Para a sessão de 2008/2009 sugere os seguintes objectivos: 500 escolas, 15.000 participantes, 100.000 votantes, Escolas candidatas em todos os distritos e Regiões Autónomas.

4.2 Apreciação da Coordenação Nacional

Das notas referentes à Reunião para Avaliação do ano 2007/2008, em que estiveram presentes a Coordenação Nacional, Coordenadoras das Direcções Regionais de Educação e Secretarias Regionais, representantes nacionais e distritais do IPJ e representante do ME e a que a Consultora da Comissão assistiu, extraiu-se o seguinte:

- (i) Sobre o lançamento do projecto, foi considerado ser aconselhável rever o prazo, para permitir que o Projecto esteja mais tempo na escola e possa obviar um debate mais profundo e alargado. O calendário do projecto deve ser concluído depois de conhecido o calendário do ano lectivo 2008/2009. Aconselhou-se uma maior articulação e trabalho conjunto



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

entre as equipas de proximidade de apoio às escolas e as equipas do IPJ. Recomendou-se ao ME a não marcação de provas de aferição ou exames em datas coincidentes com as Sessões Nacionais.

- (ii) Em relação às Sessões distritais, sugeriu-se a diminuição ou alteração das perguntas ao Deputado da AR, passando para um período posterior, de modo a permitir aos alunos mais tempo para o debate.
- (iii) O número de alunos a participar levantou a questão da forma de eleição para a Sessão Nacional, que obriga à exclusão de muitos alunos eleitos na Sessão Escolar. Referiu-se também o princípio de haver igualdade de meios para as duas Sessões, através da melhoria da articulação entre o IPJ e as DRE's.
- (iv) Considerou-se ainda que o número de medidas da Recomendação final deveria ser revisto e referiu-se o elevado número de recomendações no Secundário que foram objecto de correcção. Sugeriu-se a elaboração prévia de um formulário a ser enviado às escolas, no sentido de evitar incorrecções.
- (v) Quanto aos Temas, sugere-se que a escolha recaia em assuntos cuja objectividade facilite a sua abordagem pois, tal não terá acontecido com o tema do secundário deste ano.
- (vi) Sobre a Sessão Nacional, considerou-se ser necessário rever o período de perguntas aos Deputados. Aconselha-se o retorno ao modelo anterior, ou então deixar todo o espaço aos jovens para o debate entre eles.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

- (vii) Das considerações finais saiu a proposta de prolongar a Sessão Nacional por dois dias completos; considerou-se ser pertinente um estudo de evolução dos alunos face aos temas tratados e registou-se melhor qualidade na edição do Básico do que na do Secundário deste ano. O IPJ terá sugerido rever a metodologia de eleição da Mesa do Secundário.

4.3 Apreciação da Consultora Dra. Julieta Sampaio

Na sua opinião, cabe à Comissão de Educação e Ciência, por delegação de competências de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, acompanhar, decidir e avaliar o Programa Parlamento dos Jovens. Considera relevante o papel do Ministério da Educação, bem como a articulação entre os diversos parceiros, AR e IPJ sendo o objectivo comum desta interacção, apoiar a escola, os professores e os alunos.

Considera que este ano o lançamento da iniciativa se prolongou no tempo, o que poderá ter deixado pouco espaço para o debate nas escolas. Nesta questão do tempo recomenda que se ouça a voz do Ministério da Educação (ME).

Aconselha que *«o calendário seja preparado de modo a dar o maior espaço possível ao projecto na escola, motivar os alunos para os problemas sociais, ensiná-los a intervir no respeito pelo contraditório e acima de tudo a reflectir para decidir com rigor»*.

Considera que a escola *«deve ter tempo para debater o projecto num universo alargado. Há informação de alunos, que desconheciam que a sua escola participava no projecto e desconheciam que este projecto existia»*.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Recomenda que se reflecta sobre o Regulamento das Assembleias de escola e o número de deputados que elegendem.

Por ter tido conhecimento da devolução de muitas Recomendações, consideradas irregulares às escolas, especialmente no Secundário, recomenda reforço da articulação entre as estruturas coordenadoras junto da comunidade educativa.

Sobre as reuniões distritais, o seu testemunho baseia-se nas reuniões efectuadas no Norte do país e Viseu, considerando estarem a criar-se assimetrias, a seu ver desnecessárias entre o Básico e o Secundário.

No seu entender: *«As assembleias distritais, que mais não são que reuniões preparatórias da Sessão Nacional, estão pela força dos Regulamentos, a afastar-se do seu objectivo pedagógico e formativo, para se tornarem em disputas entre escolas, a permitir acordos de bastidores, que para além da frustração dos que se prepararam e trabalharam, deixam um sentimento de injustiça, porque não premeia o trabalho e a sabedoria e distorce a filosofia que esteve na fundação deste projecto. Será possível que numa assembleia de 40 alunos a envolver, por exemplo oito escolas, sejam eleitos apenas duas escolas com dois deputados cada por escola? Há uma enorme eliminação! Elimina muito mais do que o que elege. Em algumas reuniões senti o dever moral de apoiar os alunos com palavras de incentivo e apoio, mas senti algumas vezes que não cicatrizavam a ferida. Se a exclusão é entre os alunos da mesma escola o problema agrava-se. Uma escola tem cinco alunos na reunião distrital e na votação a escola é eleita, mas apenas elege dois. Então porque estão cinco?».*

Assim, e porque esta é uma questão que regista as maiores preocupações dos professores, sugere a Consultora do Programa:

«1. Se a decisão for no sentido de as reuniões preparatórias continuarem a ter grande número de deputados, a eleição final deve ser feita por votação nominal;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

2. Ou seguindo a sugestão de algumas escolas o número de deputados devem ser distribuído por as escolas mais votadas, um por escola, para contrariar a eliminação de muitas das escolas a participar.»

Voltando a referir algumas diferenças entre o Básico e o Secundário, acrescenta:

«Por metodologia organizativa convencionou-se que as DREs tinham a responsabilidade de organização do básico e o IPJ do secundário. Uma metodologia completamente aceitável se não se verificassem enormes desigualdades para com os alunos. Registamos, que em alguns distritos, as reuniões distritais do básico não se realizavam nos mesmos lugares públicos em que se realizariam as do secundário, no dia seguinte, para não estragar as ornamentações. (...) Sugerimos que, tanto quanto possível, se encontrem formas de cooperação no encontro da igualdade entre todos. Este projecto não pode aceitar qualquer forma diferenciada de organização. As estruturas dos parceiros, a nível local, devem encontrar formas de cooperação para a igualdade.»

Sobre as Sessões Nacionais, a sua apreciação é a seguinte:

«Em 2008 a sessão do Básico sobrepôs-se, pela qualidade, à Sessão do Secundário. Qualidade traduzida nos conhecimentos, na qualidade de intervir, na concentração dos deputados nos trabalhos da sessão, no comportamento e mesmo a Mesa foi de uma qualidade a merecer a excelência. Vimos com alguma preocupação a politização excessiva do PAOD no ensino secundário. Alguns professores manifestaram desconforto por esses excessos. Há que ponderar e reflectir para se evitar que alguém possa acusar a AR de estar a desviar esta formação.»

Sobre as Recomendações a sua opinião é:

«Pareceu-nos que as Recomendações finais estão a pecar por excesso de medidas. Testemunhei que muitos alunos não se reviam na Recomendação final aprovada na Comissão de redacção e criticavam a metodologia. Estará a Comissão de Educação aberta a uma nova sugestão?»



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Sobre a escolha dos temas, entende:

«O tema do básico foi muito importante para a qualidade não só da sessão nacional, mas igualmente das Recomendações e das reuniões distritais. O tema do secundário, por demasiado vasto, tornou-se árido e muitas escolas tiveram dificuldades de abordagem, o que inevitavelmente se repercutiu na sessão nacional.»

Referindo-se à metodologia de eleição da Mesa para as duas Sessões, o seu entendimento é que: *«Os desempenhos na qualidade do exercício destas funções evidenciam que a metodologia para a eleição da Mesa do básico tem-se revelado mais eficaz»*. Colocando a questão: *«Não seria de ponderar a adopção desta também para o secundário?»*

Em termos globais, a opinião da Consultora é a seguinte:

«Em condições completamente diferentes dos anos anteriores, a Comissão de Educação e Ciência rectificou a confiança pedagógica e de acompanhamento do Projecto no ano de 2007/2008 na consultora. Com dificuldades de acesso a elementos essenciais a uma análise rigorosa e criteriosa, procurou-se dar um testemunho, não apenas factual, mas essencialmente de valorização de um trabalho com jovens, tentando ser isenta face aos parceiros intervenientes.»

Tivemos o cuidado de ouvir todos, numa tentativa de procurar dar aos Deputados, a quem cabe a responsabilidade de decidir, uma visão realista do percurso do Projecto e das dificuldades que enfrenta.»

Os Professores pretendem que este trabalho seja reconhecido pelo ME, de forma valorativa, porque consideram ser um trabalho que exige empenhamento e acompanhamento constante na área pedagógica.»

Os alunos, especialmente os do secundário, a exigirem um Parlamento Jovem mais actuante e mais ouvido, em consequência a reunir mais vezes como órgão Consultivo.»



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

5. Conclusões

Face ao exposto, a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência conclui:

- 1) O envolvimento, patente em número de escolas e alunos participantes, bem como o interesse e entusiasmo das populações estudantis acerca do funcionamento da Assembleia da República são crescentes, tendo sido testemunhado directamente pelos Senhores Deputados que prestaram a sua colaboração ao longo das três fases do Programa;**
- 2) A realização do *Programa Parlamento dos Jovens*, edição de 2007/2008 merece um balanço muito positivo, devendo o Programa manter-se no próximo ano lectivo de 2008/2009;**
- 3) Devem discutir-se as observações e sugestões apresentadas por todas as entidades envolvidas no processo, incluindo os alunos participantes, no sentido de aperfeiçoar o Programa, no superior interesse das crianças e jovens do país e no prestígio da instituição Parlamentar e dignificação do exercício político na gestão da *Res Publica*.**

6. Notas finais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Em tempo de balanço do *Programa Parlamento dos Jovens 2007/2008*, regista-se ainda a inestimável colaboração de todos os membros da coordenação do Programa, na pessoa da Dra. Maria José Silva Santos, bem como da Consultora Dra. Julieta Sampaio. De igual modo, é devido um agradecimento especial à assessoria e ao secretariado da Comissão de Educação e Ciência, por todo o apoio e disponibilidade manifestados ao longo das diversas fases desta iniciativa parlamentar.

Porque o sucesso deste Programa se deve à reunião de diversas vontades, dentro e fora da Assembleia da República, é de toda a justiça fazer uma referência especial aos organismos descentralizados do Instituto Português da Juventude e do Ministério da Educação e às Secretarias Regionais que nas duas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores têm a tutela da Educação, por toda a colaboração prestada.

A Comissão de Educação e Ciência dedica ainda um agradecimento muito especial aos Deputados, membros desta e de outras Comissões Parlamentares, pela sua participação ao longo do desenvolvimento do Programa.

Assembleia da República, 9 de Junho de 2008

A Deputada Relatora,

Maria Júlia G. H. Caré

Em Anexo:

- **ANEXO I:** Recomendações Básico
- **ANEXO II:** Recomendações Secundário



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência